



Índice

- 01** Produtor rural denuncia invasão de índios terena em fazenda em Miranda
- 02** Índios ocupam propriedade rural em Sananduva, no Norte do RS
- 03** Índios da tribo kaingang bloqueiam estrada em Chapecó
- 04** Indígenas voltam atrás mas querem 37 mil hectares em Miranda
- 05** A trajetória do primeiro anistiando indígena
- 06** Bernal diz que irá reformar Memorial Indígena
- 07** Começa 5ª Etapa da Conferência Nacional de Saúde Indígena na Bahia
- 08** Segunda reunião do CNJ em MS discute demarcação indígena
- 09** Unemat realiza etapa presencial de cursos específicos para indígenas e no Araguaia
- 10** MA – O eclipse indígena



Produtor rural denuncia invasão de índios terena em fazenda em Miranda

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 08.07.2013

Proprietários da fazenda São Pedro de Paratudal, em Miranda, a 203 km de Campo Grande, denunciaram à Polícia Civil que índios terena invadiram a propriedade nesta segunda-feira (8). Segundo Pedro Paulo Pedrossian, dono da propriedade, cerca de 30 indígenas chegaram ao local e tomaram a sede da fazenda, onde estavam cinco pessoas.

Pedrossian disse ao G1 que um dos funcionários foi até a Polícia Civil da cidade registrar um boletim de ocorrência relatando a invasão, ocorrida por volta das 8 horas (horário de MS).

O líder indígena Lindomar Terena confirmou que um grupo ocupou a fazenda. Segundo ele, as lideranças estão conversando com esses terena para que saiam da área e respeitem o compromisso com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de não fazer novas invasões até dia 05 de agosto.

O G1 tentou entrar em contato com o coordenador técnico regional da Funai em Miranda, Evair Borges, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.

De acordo com Pedrossian, os órgãos envolvidos serão oficiados sobre a nova invasão. (G1)



Índios ocupam propriedade rural em Sananduva, no Norte do RS

SÍTIO G1, 08.07.2013

Grupo de aproximadamente 150 índios invadiu a área nesta segunda-feira. Eles pedem mais agilidade no processo de demarcação de terras.

Do G1 RS

Um grupo de aproximadamente 150 índios invadiu uma propriedade rural na madrugada desta segunda-feira (8) em Sananduva, na Região Norte do Rio Grande do Sul. Eles estavam acampados às margens da ERS-343, no município de Cacique Doble.

Os indígenas querem mais agilidade da Funai no processo de demarcação de terras no estado. Conforme a Funai, a área faz parte do que seria a reserva indígena de Passo Grande da Forquilha. Outras 160 propriedades estão dentro da área demarcada.

A área pertence a uma família que produz soja na propriedade de pouco mais de dois hectares. Ninguém estava no local no momento da invasão. O agricultor entrou na Justiça com um pedido de reintegração de posse. A Brigada Militar monitora a situação para evitar conflitos.

Cerca de 30 mil produtores rurais gaúchos podem perder as terras se os 10 mil hectares mapeados pela Funai forem considerados territórios indígenas. As demarcações atingem quatro áreas na Região Norte do Rio Grande do Sul: Mato Preto, Froquilinha, Rio dos Índios e Mato Castelhana.



Índios da tribo kaingang bloqueiam estrada em Chapecó

SÍTIO SISTEMA 103, 08.07.2013

Protesto começou na manhã desta segunda na estrada de acesso a Paial. Eles pedem mais atenção para a saúde, educação e atendimento social.

Índios da tribo kaingang bloquearam na manhã desta segunda-feira (8) a estrada de acesso a Paial, na localidade de Sede Trentin, em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina. Eles pediram mais atenção para a saúde, educação e atendimento social ao povo indígena.

O grupo de aproximadamente 30 índios protestou com faixas e cartazes pedindo o fim da corrupção e mais investimentos do setor público (veja vídeo acima).

Alguns funcionários de agroindústrias não conseguiram passar pelo bloqueio. Os indígenas dizem que só devem desbloquear a estrada depois da chegada de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Durante todo o dia, a Polícia Militar monitorou a situação no local. A Polícia Federal também foi informada sobre o bloqueio da estrada. O protesto seguiu pacífico.

Fonte: G1



Indígenas voltam atrás mas querem 37 mil hectares em Miranda

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 08.07.2013

Invasida por indígenas de etnia terena nessa segunda-feira (8), a fazenda São Pedro de Paratudal, em Miranda (MS), faz parte da área pretendida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para ampliar a aldeia Cachoeirinha de 2,6 mil para 37 mil hectares. Depois de manterem a invasão por cerca de sete horas, os indígenas deixaram a propriedade alegando o cumprimento do acordo feito com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em maio de não invadir nenhuma propriedade até o dia 5 de agosto.

Este é o prazo para de entrega do relatório final dos grupos de trabalhos formados para avaliar a compra de terras pela União para ampliação e criação de novas áreas indígenas em Mato Grosso do Sul, a partir da proposição inicial de compra da fazenda Buriti, em Sidrolândia.

De acordo Pedro Paulo Pedrossian, proprietário da São Pedro de Paratudal, a fazenda tem título registrado desde o século XIX e foi adquirida na década de 60. Depois desta que foi a segunda invasão em propriedade da família, Pedrossian se mostra decepcionado e vencido pela insegurança causada pelas invasões. "Dedico-me a pecuária há anos, mas na primeira proposta que pagarem pelas bem-feitorias e terra nua, deixo a propriedade sem pensar duas vezes", disse o produtor.

Para a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), a ampliação é ilegal e a invasão instiga a violência. "Mais do que ilegal, invasão de propriedade privada é um ato de violência. Até que ponto vamos tolerar ações contrárias à ordem e à legislação em nosso Estado?", questiona o presidente da Famasul, Eduardo Riedel.



A trajetória do primeiro anistiando indígena

SÍTIO ADVIVO, 08.07.2013

Por humberto

A maior razão de ter voltado do exílio no final de 2010 era pleitear ao Estado Brasileiro minha Anistia, estimulado, principalmente, por pessoas que achavam que tinha chegado a hora, com a eleição da Dilma, de incluir na pauta da tal "justiça de transição", a delicada questão dos Índios e a Ditadura.

Uma ferida, concretada e condenada a ficar no frio tumulto do silêncio e do esquecimento, que resolvi desenterrar em 2009, com depoimentos testemunhais do que vivi em aldeias indígenas na Amazonia no início dos anos 70 e no Nordeste no início de 80 (que o Nassif transformou em posts na chamada coluna Histórias da Ditadura).

Com a reação raivosa e até ameaçadora da maioria dos leitores (uns de bota e farda verde) sabia que iniciava uma nova frente de luta contra uma certa resistência, sob o manto da democracia, instalada não só nos altos escalões do Governo, mas também na Sociedade, onde os índios sempre foram vistos como empecilhos.

Como todo processo que se inicia na justiça, a necessidade de um profissional especializado em Direitos Humanos se tornou o primeiro grande obstáculo. Iniciei uma peregrinação no Rio de Janeiro, passei pela OAB, Grupos Tortura Nunca Mais, em vão.

Em São Paulo fui bater na porta do jurista Dalmo Dallari, que já conhecia minha militância. Surgiu aí a primeira esperança de encontrar este profissional. Indicado por ele, fui pra Brasília encontrar a advogada Denise, do CIMI-Conselho Indigenista Missionário. Na sede, entreguei nas suas mãos, todos os documentos que possuía (jornais da época, fichas do SNI, processo do Tribunal que me concedeu o status de Refugiado Político -o primeiro índio a receber tal status-reconhecido pela Alto Comissariado da ONU, etc).

Espero até hoje a resposta que ela me daria depois de conversar com seus superiores.

Desistindo de encontrar um profissional que estivesse disponível a dar seu tempo por uma causa (injusta?), me tornei meu próprio advogado: fiz consultas, li tudo (ou quase) que existia sobre a ditadura, depoimentos de anistiados, leis correspondentes, pesquisas no Arquivo Nacional, etc,. Foram 3 meses de reclusão.

Em agosto de 2011 dei entrada no meu requerimento no protocolo da Comissão da Anistia, contendo umas 50 páginas. Tornei-me o primeiro "Anistiando" indígena.

A partir de então passei a bater insistentemente nesta tecla subtraída de um teclado feito para não se compor as palavras genocídio, barbarie, atrocidades, crimes de lesa humanidade, contra índios brasileiros.

CONT.



Apesar de todas entrevistas que dei no blog do Nassif, Carta Capital, Carta Maior, Viomundo (só prá citar os mais conhecidos) debates no meio estudantil, etc, e a Comissão da Verdade e Ministerio Publico Federal terem se pronunciado a favor, e os conflitos sangrentos mais recentes, tanto no meio rural e urbano envolvendo indios, divulgados até pela grande mídia, meu processo se encontrava engavetado no Gabinete da Presidencia da Comissão da Anistia, há 12 meses. " Não interessa ao Governo esta demanda" me informava um funcionário da Comissão.

Resolvi, então sacar de derradeira arma de pressão: iniciar greve de fome (anunciada dia 19 de abril e decidido a levar até as ultimas consequências). Resultado: ressuscitaram meu processo, marcando-se a data do julgamento para o dia 04 deste mês.

Me preparei para receber a negação do meu pedido. Alguns recentes amigos, que militam no chamado movimento social, no Rio de Janeiro, me confortaram com otimismo de anistiados: " Não se preocupe, o colegiado da Comissão da Anistia é sensível e vão lhe conceder a Anistia, pela importancia que isto significará".

Tentei saber quem seria o relator (a) do meu processo mas não obtive resposta, somente fiquei sabendo quando a Sra.Suelyly Bellato, passou a presidencia da sessão para uma conselheira para relatar meu processo.

A partir deste momento passo a viver os momentos mais surpreendentes da minha vida. Ela começa dizendo que meu processo era muito novo, só tinha dois anos, comparando a outros processos que esperam ha qse 10 anos...para serem julgados, na sequência fala do meu pai com de desconfiança " conhecido como indio no Governo João Goulart"... e que minha ida para uma aldeia na Amazonia teria sido na intenção de ser reconhecido como indio... " sinceramente, não sei quem é indio", não parou por aí, "no requerimento, o sr. José Humberto, que recebeu o nome indigena de Tiuré, pede para reconhecermos o status de refugiado que o Governo do Canada lhe concedeu", dizia para os conselheiros, " acho que não devemos reconhecer as decisões de outro pais, somos soberanos e...sou barrista! afirmou orgulhosa... finalizando, deu aos conselheiros a oportunidade de me questionarem. Dos 3 conselheiros presentes (um homem e duas mulheres) olhavam prá mim como se eu estivesse caído de paraqueda naquela sala. Um deles tenta saber em que momento eu passei a me identificar como indio...uma outra dizia que seria muito arriscado abrir um precedente no reconhecimento da decisão do Canada... não puderam continuar pois a relatora\presidenta da sessão, vice-presidente da Comissão interrompia com ar autoritario, para lembrar-lhes que ainda tinha outros processos para serem analisados...

Incrédulo, pensei que encontrava-me numa delegacia de policia onde me sentia na obrigação de provar que não era um réu e não numa sessão no palácio da justiça em Brasília diante de pessoas que estavam ali para provar que o Estado Brasileiro que era o culpado por ter causado crimes de lesa-humanidade ao povo brasileiro.

A irmã da Santa Madre Igreja Catolica, SUELY BELLATO, diante de um processo de um indio, o primeiro a solicitar reparação do Estado Brasileiro, transforma-se na pessoa de um diabo.

CONT.



Mente ("o requerente não prova que era funcionário da Funai na época da Ditadura"); Omiti (o sequestro, torturas e ameaças de morte por agentes da PF e meu ativismo na Amazonia) descaracteriza minha identidade indígena e de meu pai ("o requerente foi para Amazonia para ser reconhecido como indígena" e "seu pai era conhecido no Governo Jango como "indio"); Derespeita leis internacionais ("não reconheço o status de refugiado que o requerente obteve no Canadá, o Brasil é soberano e eu sou barrista"); Legitima um estado de exceção e confirma uma versão falseada da Ditadura ("não existe provas de que o requerente foi impedido de entrar na Unb em 68" ou "os fazendeiros são os culpados pelos problemas causados aos indios" e "dizem que a prisão do requerente tinha que a ver com drogas").

O que é mais grave não menciona meu dossiê (anexado ao processo) feito pelo SNI, antes do meu sequestro e torturas.

Totalmente transtornado e diante de conselheiros perplexos, declarei solenemente que em protesto ao inesperado desfecho que tomou meu julgamento, retomava naquele momento a greve de fome interrompida em 19 abril passado.

Preocupados com a repercussão (acredito), reabriram meu processo e marcaram um novo julgamento para o dia 1 de agosto, próximo.

Quando, espero, que pelo menos, se debrucem sobre as 140 paginas, somadas as juntadas do Relatório Figueiredo e outros, totalizando umas 230 páginas, contantes do meu processo.

E que saibam que a Anistia não foi criada somente para àqueles que lutaram no meio urbano e na Guerrilha do Araguaia, ou para os militares. Lembrando que meu caso é somente a ponta de um iceberg.



Bernal diz que irá reformar Memorial Indígena

SÍTIO JL NEWS, 08.07.2013

A região que compõe a Aldeia Urbana Marçal de Souza, onde está localizado o Memorial Indígena, o Ponto Cultural Uokone Kopenoti (Vem cá Parente) e a Escola Municipal Sulivan Silvestre Oliveira Tumine Kalivono (Criança do Futuro), receberá obras de infraestrutura muito em breve. Pelo menos foi o que afirmou o prefeito Alcides Bernal (PP), durante sua visita a comunidade indígena na manhã deste domingo (07).

Conforme o prefeito, que esteve acompanhado pelo representante do Ministério da Cultura (Minc), Américo Córdula e da secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio (Sedesc) Dharleng Campos de Oliveira, a região não ficará esquecida durante a sua gestão. "Temos aqui um desafio que é mostrar a riqueza e o valor da cultura indígena. Já solicitei à minha equipe técnica que estude, e de forma rápida, a melhor solução para a pavimentação da aldeia urbana e a reforma do Memorial", disse o prefeito.

Durante a visita, Bernal e Américo Córdula ouviram dos representantes da comunidade indígena as expectativas em relação ao fortalecimento da cultura do índio, a valorização do artesanato das etnias e do principal ponto de venda dos produtos que é o Memorial Indígena. Em resposta rápida na frente do representante do Ministério da Cultura, o prefeito adiantou a comunidade que o Memorial será valorizado e passará por reforma muito em breve, porém, não citou nenhuma data e nem quanto pretende investir na obra.

De acordo com a Prefeitura Municipal, a reforma do Memorial Indígena já começa a ser discutida nesta semana com os representantes da comunidade Marçal de Souza. A mão de obra poderá oriunda da própria comunidade. A secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Dharleng Campos a pedido do prefeito, vai fazer um levantamento das ações a serem feitas na reforma e priorizar a participação dos próprios moradores da Aldeia.

De acordo com o representante do ministério cultural, a sociedade não indígena precisa conhecer os valores do índio e ter uma visão real da cultura indígena passada pelos próprios índios, conhecendo não só o artesanato, mas o idioma, a música, a dança e a culinária e o esforço para a preservação da identidade das etnias. Ainda conforme suas palavras, há um plano de valorização a cultura do índio no país. "O Ministério tem um Plano Nacional voltado à cultura indígena e que tem como base o fortalecimento e a sustentabilidade das comunidades indígenas que precisam ser respeitadas e vistas sem preconceito. O Ponto de Cultura é o caminho para essa transformação e valorização da cultura indígena", disse Américo Córdula.



Começa 5ª Etapa da Conferência Nacional de Saúde Indígena na Bahia

SÍTIO SECRETARIA DE SAÚDE-BA, 08.07.2013

Para proporcionar atenção integral e diferenciada aos descendentes dos primeiros habitantes do Brasil - os indígenas, começou na manhã desta segunda-feira (8), no Hotel Golden Park, no bairro da Pituba, em Salvador, a 5ª Etapa da Conferência Nacional de Saúde Indígena na Bahia. O evento tem o apoio da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), por meio da Coordenação de Promoção de Equidade de Saúde e conta com a presença de lideranças indígenas e representantes das três esferas de governo, entre eles, o coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena na Bahia (DSEI-BA) da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Jerry Matalawe. Mais de 100 indígenas baianos das regiões Sul e Extremo Sul do estado, participam dos dois primeiros dias de evento, que se encerra nesta terça-feira (9).

A técnica da área de Saúde Indígena da diretoria de Gestão de Cuidados da Sesab, enfermeira Uli Tupiná, explicou que durante a etapa local são levantadas propostas e diretrizes dentro de cada sub-eixo do Sistema Único de Saúde (SUS) como: Controle Social e Gestão Participativa e, Atenção Integral e diferenciada nas três esferas de governo. Ela também afirmou que o estado está participando mais efetivamente das questões indígenas. "De acordo com a legislação, as demandas indígenas são de competência federal e permite aos estados e municípios uma ação complementar. O governo do Estado, através da Sesab tem participado efetivamente das questões indígenas".

Um exemplo da cooperação estadual citada por Uli Tupiná são os investimentos na Atenção Básica, por meio da construção de unidades de saúde nas aldeias. "O Governo do Estado transcende sua obrigação, porém em consonância com as políticas nacionais". No início da próxima semana - 15 e 16 de julho, quando ocorre a segunda parte da etapa local, será a vez das etnias do Norte e Oeste elencarem suas prioridades no que se refere à saúde, por meio de triagem.

Para o ex-presidente e atual membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena na Bahia (Condis - BA), cacique Ancelmo da Conceição, da etnia Tuxá - região do município de Rodelas, este é um momento importante. "Os conselheiros e lideranças indígenas podem discutir melhorias em prol da atenção básica nas comunidades".

Nestas duas etapas locais, além de discutir e avaliar a política de saúde indígena e, o aprimoramento do Subsistema de Saúde Integral Indígena, também serão indicados os delegados que devem representar a Bahia na Conferência Nacional, no mês de novembro, em Brasília. No entanto, os 56 representantes que devem participar do evento nacional só serão definidos durante a etapa distrital, prevista para setembro, na capital baiana.

J.G. DRT-BA 4362

/saúde indígena/conferência



Segunda reunião do CNJ em MS discute demarcação indígena

SÍTIO FOLHA DO MS, 08.07.2013

Os membros do comitê regional de assuntos fundiários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estão reunidos, na manhã desta terça-feira (9), na sede do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS). O encontro começou por volta das 9h30 e deve ser encerrada somente à tarde. Esta é a segunda reunião ordinária do grupo, que discute medidas jurídicas para solucionar os conflitos entre índios e produtores rurais no estado.

O coordenador da reunião, desembargador Sérgio Fernandes Martins, afirmou que o grupo vai analisar todos os casos que estão correndo na justiça. Segundo o comitê, no estado, são 53 áreas demarcadas ou em processo de demarcação como terras tradicionalmente indígenas, que envolvem 774 mil hectares.

Ainda segundo Martins, o comitê trabalha com seis medidas jurídicas: indenização de produtores rurais pelo título, compra e venda das propriedades, permuta, desapropriação, utilização de áreas confiscadas de traficantes e reparação coletiva à comunidade; que é a indenização de grupos indígenas pelo tempo fora do território.

"O comitê vai avaliar caso a caso e ver qual instrumento jurídico é melhor para cada um", afirmou o desembargador.

A terceira e última reunião extraordinária do grupo está marcada para o dia 24 de julho. Dos encontros resultará um relatório com sugestões de medidas jurídicas para todos os conflitos entre índios e produtores rurais no estado. O documento deve ser entregue até o dia 30 de julho para o presidente do CNJ, Joaquim Barbosa.

Ainda segundo Martins, o relatório deve conduzir as decisões do Poder Judiciário para a resolução dos conflitos fundiários no estado.

O comitê é formado por representantes do Tribunal de Justiça em Mato Grosso do Sul (TJ-MS), do Tribunal Regional Federal da 3 Região, da Ordem dos Advogados do Brasil em MS, Procuradoria da República, Advocacia Geral da União, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério Público Federal (MPF-MS) do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, líderes indígenas, representantes da Famasul e estudiosos.

Morte

Os integrantes do comitê se reuniram pela primeira vez, de forma extraordinária, no dia 30 de maio, dias depois da morte do índio terena Josiel Gabriel Alves, de 36 anos, em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande, após cumprimento de reintegração de posse na fazenda Buriti.

G1



Unemat realiza etapa presencial de cursos específicos para indígenas e no Araguaia
SÍTIO UNEMAT, 09.07.2013

A Universidade do Estado de Mato Grosso iniciou nesta semana as etapas presenciais dos cursos específicos e diferenciados na região do Médio Araguaia e também da Diretoria de Gestão de Educação Indígena em Barra do Bugres.

Até o dia 03 de agosto cerca de 400 acadêmicos da Unemat vinculados aos cursos indígenas e também ao Programa Parceladas terão aulas em regime intensivo no campus de Luciara, Núcleo de Confresa e em Barra do Bugres.

Esses cursos são diferenciados tanto no seu projeto pedagógico, aliando ensino e pesquisa, como também na forma de execução, com etapas intensivas durante as férias escolares, em janeiro e julho de forma a atender as demandas específicas dessas comunidades.

Parceladas:

No campus do Médio Araguaia, os cursos oferecidos pela Unemat estão na sua 3ª Etapa de formação tanto na sede do campus em Luciara com os cursos: Biologia, Letras/Espanhol, Pedagogia e Química como no núcleo de Confresa com os cursos de Ciências Sociais e Letras/Inglês. Nesses seis cursos são 300 acadêmicos vinculados a instituição, esses alunos são oriundos de 13 municípios do Médio Norte Araguaia.

Durante o período intermediário, os alunos desenvolvem trabalhos e pesquisas com a supervisão dos professores. Os cursos oferecidos pela Modalidade Parceladas recebem contrapartida das prefeituras municipais.

Indígena:

Em Barra do Bugres, a Unemat mantém durante todo este mês de julho 100 acadêmicos nas duas turmas de cursos específicos para índios. Os cursos são de Licenciatura intercultural que está em sua 5ª etapa de formação e Pedagogia Intercultural que está na 4ª etapa. Nesse período os índios ficam internados na Escola Agrícola e realizam atividades de estudos durante os três períodos.

Os cursos específicos para indígenas são realizados em parcerias com a Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia, Funai e Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.



MA – O eclipse indígena

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 08.07.2013

Maranhão da Gente – Cerca de 200 indígenas das etnias Guajajaras, Kre-Yê e Canelas e Guajajaras ocuparam a sede maranhense da sede da Fundação Nacional de Saúde, em São Luís, no último dia 24 de junho.

Na pauta de reivindicações que gerou a ocupação, os indígenas denunciaram as péssimas condições do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Segundo representantes da etnia Guajajara, cerca de 60 índios morreram nos últimos meses por absoluta falta de atendimento médico.

Em Alto Alegre do Pindaré, 150 indígenas de sete povos do Maranhão interditaram no início da tarde de quinta-feira, 4, a Estrada de Ferro Carajás, que liga as jazidas de minério de ferro da Vale ao porto do Itaqui, em São Luís, capital do estado. O trecho da ferrovia bloqueado passa pela aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, dos Awá-Guajá e Tenetehara (Guajajara).

A ocupação se manteve até a última sexta-feira, 5, mas os indígenas prometem voltar a interditar a Estrada, caso as autoridades não cumpram as promessas de melhoria da saúde nos postos.

As atitudes extremas dos povos indígenas maranhenses, clamando por melhores condições sanitárias nas tribos, é a nova face de um velho problema: o extermínio.

Compartilhada por Edmilson Pinheiro.